

Leôncio de Bizâncio e a cristologia ortodoxa¹

por Roger Olson

Da mesma forma que a imperatriz Pulquéria e seu consorte e regente, Marciano, distribuíram o *Tomo de Leão* a todos os bispos antes do Concílio de Calcedônia a fim de garantir um determinado resultado ali, também Justiniano adotou os escritos de um teólogo para serem defendidos entre os bispos como preparação para o novo concílio que seria realizado em Constantinopla em 553 como o quinto concílio ecumênico da Cristandade. O teólogo escolhido foi Leôncio de Bizâncio, que tinha uma presença discreta em Jerusalém e em Constantinopla entre 529 e 536. Justiniano encarregou-o de convocar e presidir as conferências dos teólogos ortodoxos de destaque, para lavrar um novo conceito da união hipostática que fosse plenamente consistente com a Definição de Calcedônia mas, ao mesmo tempo, preenchesse a lacuna entre os monofisistas moderados e os diofisitas.

Não se conhecem os detalhes da vida de Leôncio. Na realidade, conforme foi dito antes, alguns estudiosos discutem se a pessoa que realizou o evento foi mesmo Leôncio de Bizâncio! Seja como for, a tradição reza que nasceu por volta de 485 em Bizâncio, que era filho de pais nobres – o que explica como Justiniano o conhecia – e que morreu em 543, provavelmente em Jerusalém. É possível que existisse algum grau de parentesco entre Justiniano e Leôncio. Ainda jovem, Leôncio deixou suas riquezas e sua vida confortável em Constantinopla e viajou para a Síria, para morar em um mosteiro onde recebeu a influência nestoriana. Conseguiu libertar-se dessa heresia e tornou-se um ardoroso defensor de Calcedônia, mas sob uma interpretação decididamente alexandrina.

As principais obras ainda existentes de Leôncio de Bizâncio nunca foram traduzidas. São comumente conhecidas no Ocidente por seus títulos em latim: *Contra nestorianos et eutychianos* [Contra nestorianos e eutiquianos], *Capita triginta contra Severum* [Trinta capítulos contra Severo] e *Epilysis* [Soluções – aos argumentos de Severo]. Além de apresentar argumentos profundos contra as várias heresias cristológicas e em favor da cristologia calcedônia, Leôncio conseguiu dar um salto conceitual que Justiniano achou extremamente útil para defender Calcedônia de seus críticos: o princípio da *enipostasia* da natureza humana de Cristo no verbo divino. Essa idéia, que será descrita logo a seguir, representou um “avanço claro em relação ao que existia antes no pensamento cristológico alexandrino” e pareceu satisfazer às exigências dos dois partidos moderados: os antioquenos e os alexandrinos. O problema para o qual *enipostasia* é a solução encontra-se na seguinte pergunta: “Se, conforme todos concordam, uma natureza deve ter sua [própria] *hypostasis* [existência pessoal], como se pode confessar “duas naturezas em uma única *hypostasis*?” Essa parece ser a essência de todo o debate: o dilema não resolvido e aparentemente insolúvel, que afastou e separou Antioquia de Alexandria.

¹ Adaptado de Roger Olson, *História da Teologia Cristã* (São Paulo: Vida, 2001), pp. 249-254.

Leôncio concordou com os alexandrinos, em primeiro lugar, que o Logos/Verbo eterno, o Filho de Deus, é o sujeito da encarnação. Essa única personalidade de Jesus é Deus Filho. Mas contra a cristologia alexandrina, rejeitou a idéia da impersonalidade da humanidade de Cristo – a *anipostasia* da natureza, segundo Cirilo – porque “uma natureza sem hipóstase seria uma abstração”. Duas naturezas não devem, portanto, incluir duas pessoas? Não! Leôncio argumentou que, embora uma natureza – até mesmo humana – não possa existir sem uma hipóstase, não precisa ter sua própria hipóstase. Ela pode ser “hipostatizada” em outra. Ou seja, para Leôncio, “a natureza humana de Cristo não ficou sem hipóstase, mas se tornou hipostática [personalizada] na Pessoa do Logos. A natureza humana de Cristo – a natureza humana plena e completa – não era *anipostática* (impessoal), nem propriamente pessoal, mas *enipostática*, que significa “personalizada na pessoa de outrem”.

De acordo com Leôncio, existem três maneiras nas quais dois seres ou realidades podem se unir. Primeira, eles podem estar justapostos, lado a lado, e intimamente relacionados um ao outro, como na amizade ou no casamento. Era assim que os nestorianos concebiam a encarnação – a humanidade e a divindade como duas naturezas e duas pessoas cooperando entre si. Segunda, eles podem se fundir em um “terceiro algo” – um híbrido – de modo que dessa união surja uma nova natureza que seja uma mistura dos dois. Era assim que os eutiquianos e os monofisistas radicais concebiam a encarnação – a humanidade e a divindade em uma só entidade pessoal que é uma mistura das duas naturezas, mas nenhuma é plena. Finalmente, “duas coisas podem se unir de tal maneira que suas naturezas distintas subsistam em uma única hipóstase”. Essa era a idéia de Leôncio sobre a encarnação e ele forneceu ilustrações para reforçá-la. Por exemplo, uma tocha é lenha e chama – duas naturezas – completamente unidas pelo fogo. Da mesma forma, em um ser humano, o corpo e a alma são duas naturezas distintas unidas durante a vida na pessoa do ser humano. Cada natureza nesse terceiro tipo de união *pode* ter sua própria existência independentemente, mas não tem. Elas se interpenetram sem formar um terceiro algo, porque estão juntas pela hipóstase ou subsistência de uma delas.

Para Leôncio, a encarnação é o terceiro tipo de união. Na união hipostática a natureza humana de Cristo subsiste, é personalizada e recebe sua existência concreta, na hipótese de sua natureza divina. “Portanto, a hipóstase em Cristo é a do Verbo eterno e nela subsistem o divino bem como o humano. É por isso que podemos dizer que há, em Cristo, uma ‘união *enipostática*’”. Em outras palavras, para Leôncio a natureza humana de Cristo possuía tudo que qualquer outro ser humano possui na sua condição não-pecadora (inocência pristina), exceto uma existência pessoal independente da pessoa de Trindade – o Verbo, o Filho de Deus -, com uma natureza humana e sua própria natureza divina, e é a “pessoa” das duas naturezas. Por que não pensaram nisso antes?

A solução proposta por Leôncio não era uma contribuição para a fé nicena conforme interpretada em Calcedônia. Tudo o que envolve *enipostasia* é uma

interpretação da cristologia calcedônia que ajuda a vencer as fortes objeções levantadas pelos alexandrinos e pelos antioquenos, embora os defensores mais obstinados dos dois partidos tenham se recusado a ceder e aceitá-la. O mais importante é que nem Leôncio, nem Justiniano, nem o Segundo Concílio de Constantinopla em 553 considerou que essa solução iria além de Calcedônia, em qualquer detalhe. Pelo contrário, com o princípio da *enhypostasia*

Leôncio [...] está apenas levando adiante a obra dos pais calcedônios no esforço de formular a fé verdadeira de tal maneira que não sobre espaço para as heresias nestoriana ou eutiquiana. “Duas naturezas devem ser confessadas, posto que Jesus Cristo a divindade e a humanidade estão ligadas em uma união pessoal. Mas a humanidade não existe independentemente, como se fosse de ‘outro além do Logos’”. Pelo contrário, tem a sua existência, mas existe na *hypostais* do Logos, a quem se uniu. E, como cada uma dessas naturezas permanece com suas propriedades e qualidades essenciais, e a “diferença de existência” é conservada, o conceito de que em Jesus Cristo existe uma só natureza (*una substantia*) é impossível.

A Cristologia de Leôncio pode acomodar a *communicatio idiomatum* de tal maneira que as características divinas e humanas podem ser atribuídas ao Logos divino que formaram ao cerne pessoal de Jesus Cristo. Como Jesus Cristo, ele – o Verbo – sofreu a morte e a subjugou. Entretanto, nesse esquema ainda é possível dizer que a divindade é incapaz de sofrer (impassível) dizendo que Jesus Cristo só sofreu “na sua humanidade”. Também é possível dizer que a humanidade é total e completa e que está sendo curada pela encarnação salvífica, porque a natureza humana de Jesus Cristo possuía tudo o que era essencial para uma natureza humana.

Em Constantinopla II em 553, a interpretação de Leôncio de Bizâncio para Calcedônia foi explicada a todos e todos os bispos tiveram de reafirmar a Definição de Calcedônia. O imperador lhes disse: “Se essa nova interpretação não acabar totalmente com suas objeções, sejam alexandrinas ou antioquenas, é porque são obstinados e indignos de serem bispos da Grande Igreja”. Para levar os monofisistas a reafirmar Calcedônia como essa nova interpretação, Justiniano e o concílio condenaram postumamente o herói de Antioquia, Teodoro de Mopsuéstia. Além de seu propósito principal, o concílio condenou Orígenes – um alexandrino. Obviamente, a principal razão de ser do quinto concílio ecumênico, dominado por Justiniano, foi aplacar e acomodar os monofisistas alexandrinos moderados para manter e reafirmar a ortodoxia de Calcedônia. Nesse sentido, os antioquenos saíram perdendo. “Resumindo, a cristologia antioquena foi condenada em todas as suas formas, ao passo que a cristologia alexandrina foi rejeitada somente na sua forma mais extrema”.

Qual é a moral da história? Depois de tudo que se disse e fez, no que o cristão deve crer sobre Jesus Cristo? Deixando de lado os pormenores e indo direto ao assunto, é o seguinte: segundo a doutrina da união hipostática conforme interpretada e afirmada pelo quinto concílio ecumênico: “embora possamos nos aventurar no processo mental de ver as duas naturezas de Cristo na sua realidade, sempre devemos voltar à verdade fundamental de que ele é uma só Pessoa, o Logos que se fez homem, a quem pertencem pro-

priedades tanto divinas quanto humanas e de quem são as ações e palavras, divinas e humanas, relatadas nas Escrituras”.

Com muita paciência, pode-se entender a linha de raciocínio da igreja até, e durante, as decisões cristológicas do quinto concílio em Constantinopla em 553. A partir dali, pelo menos alguns cristãos protestantes modernos conseguem, felizmente e sem grande frustração, avançar com a igreja oriental até as decisões cristológicas do sexto concílio ecumênico, que é conhecido na história eclesiástica por Constantinopla III. Ele foi realizado na capital bizantina em 681 para resolver uma controvérsia de grande importância para os cristãos ortodoxos orientais, mas praticamente desconsiderada pelos cristãos ocidentais. A Igreja Católica Romana realmente reconhece Constantinopla III como um dos concílios verdadeiramente ecumênicos da igreja indivisa, mas poucos católicos prestam atenção aos seus atos ou decisões. Entre Constantinopla II e 681 surgiu um ensino a respeito de Cristo dentro das classes ortodoxas, que pretendia trazer os monofisistas cismáticos da Síria e do Egito de volta ao redil da Grande Igreja. Ficou conhecido como monotelismo, a crença em uma única vontade em Cristo. A questão, posteriormente discutida, era se Cristo tinha duas vontades – uma divina, e uma humana – ou só uma vontade, divina.

Um dos grandes heróis da teologia ortodoxa oriental foi o homem que derrotou, quase sem nenhuma ajuda, o monotelismo: Máximo, o Confessor (580-662). Por causa de sua defesa teológica do duotelismo (a crença em duas vontades em Cristo) e do seu martírio heróico em defesa dessa crença, o sexto concílio ecumênico condenou o monotelismo e impôs como doutrina ortodoxa a crença em duas vontades. Essa foi uma derrota terrível para o monofisismo, que se separou permanentemente da Grande Igreja a partir de então.

Se, no fim desta seção sobre grandes controvérsias cristológicas e os concílios que elas debatiam, alguns leitores ficarem com a impressão de que aconteceu alguma coisa terrivelmente errada a caminho para o quinto e, especialmente, para o sexto concílio ecumênico, não serão os únicos. Muitos protestantes, e não poucos católicos modernos, questionam se tudo isso era realmente necessário. O evangelho de Jesus Cristo como Salvador e Senhor estavam realmente em jogo nesses debates tão abstratos e, às vezes, detalhistas? Talvez, a melhor resposta seja “sim” e “não”. O historiador eclesiástico, Justo Gonzáles, resume melhor a questão:

Assim terminou o longo processo de desenvolvimento e esclarecimento teológicos que havia começado pelo menos três séculos antes. O resultado foi a rejeição de todas as posições extremas, a reafirmação categórica de que Jesus Cristo era total e verdadeiramente humano e divino e, ainda, a declaração de que essas duas naturezas estavam estritamente vinculadas em uma única hipóstase. Durante esses debates, o Jesus histórico e amoroso do NT ficava de lado e o Salvador tornava-se objeto de especulação e de controvérsia; agora era descrito em termos totalmente estranhos para o vocabulário do NT: “hipóstase”, “natureza”, “energia” etc.; tornava-se o alvo de debates, em vez de ser o Senhor dos crentes e da história. Poderíamos, no entanto, perguntar se havia alguma alternativa para a igreja quando os crentes começaram a dedicar suas melhores faculdades intelectuais ao grande mistério da fé cristã. O cami-

nho tomado no decurso de seis conflitos [...] conseguiu, de certa forma, rejeitar todas as tentativas simplistas de racionalizar a fé e realmente levou ao mistério inescrutável da encarnação.

A cortina desce no fim desse grande ato do drama da teologia cristã. Para todos os efeitos, a ortodoxia cristã estava completa com o quinto ou sexto concílio ecumênico. Os cristãos ortodoxos orientais tentarão incluir o sétimo antes de encerrar o desenvolvimento da doutrina ortodoxa. Os cristãos católicos romanos talvez apontem para concílios posteriores e decisões papais, mas alguns protestantes, certamente, argumentarão que tudo isso era desnecessário porque a ortodoxia cristã tinha sido totalmente estabelecida muito antes, talvez desde 325 no Concílio de Nicéia, senão antes, nos escritos dos apóstolos e de alguns dos pais da igreja. No entanto, as grandes heresias do gnosticismo, do adocionismo, do arianismo, do sabelianismo (modalismo), do apolinarismo, do nestorianismo e do eutiquianismo (monofisismo) precisavam ser vencidas e esse foi um longo e tumultuado processo teológico. Quem dera tivesse sido mais simples! Alguns teólogos sistemáticos argumentam que quase todas as heresias de dois mil anos de cristianismo podem ser reduzidas a uma das que foram mencionadas acima. Se isso for verdade, então a derrota delas era essencial, mesmo que significasse muita confusão, escândalos e debates e fórmulas doutrinárias altamente técnicas. Se alguma das heresias mencionadas tivesse vencido e se tornado o consenso entre os cristãos no mundo inteiro, seria uma grave perda para o evangelho. Deus opera de forma misteriosa, até mesmo através de imperadores como Ciro na era do AT e Constantino e Justiniano na igreja primitiva, a fim de preservar a verdade.